


Contribuições do Pensamento de Hannah Arendt para a Compreensão da Ascensão do Bolsonarismo no Brasil

Contribuciones del Pensamiento de Hannah Arendt para Comprender el Ascenso del Bolsonarismo en Brasil

Eduardo Ferraz Franco¹

 <https://orcid.org/0000-0002-5637-9342>

Resumo

O século XXI vem se mostrando um período fértil para a reinvenção de tecnologias de controle fundadas no ódio à diferença, na ode à segregação e no cultivo à estupidez. No que se refere ao Brasil uma massa ignóbil, ressentida com o pensamento, a educação e a cultura, emergentes das camadas populares e médias apareceu como força política relevante sob a alcunha de bolsonarismo. O estudo, a reflexão e o pensamento crítico, especialmente das ciências humanas como a geografia, a história, as ciências sociais, bem como da filosofia, são recursos para fomentar a luta para a derrocada definitiva de impulsos de inspiração fascistas em uma época gestada pela superindústria do imaginário. A filósofa Hannah Arendt, alemã de origem judaica, exilada do regime nazista, cobriu como jornalista o julgamento do criminoso de guerra Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém no ano de 1961. A partir das observações da pensadora em relação ao “tipo ideal” que o réu representava, que não era uma figura monstruosa e perversa, como a promotoria queria fazer parecer, mas um tipo comum, o cidadão respeitável, seguidor das normas e que quer apenas ser bem-sucedido em termos de carreira, a filósofa criou o conceito de Banalidade do Mal. O objetivo deste artigo é partir da teoria de Hannah Arendt acerca do fenômeno da obediência cega, para buscar pistas para a compreensão da ascensão do neofascismo bolsonarista no Brasil atual.

Palavras-Chave: Ausência de pensamento; Banalidade do Mal; Bolsonarismo.

Resumen

El siglo XXI ha demostrado ser un período fértil para la reinvención de tecnologías de control basadas en el odio a la diferencia, una oda a la segregación y el cultivo de la estupidez. En lo que respecta a Brasil, una masa innoble, resentida con el pensamiento, la educación y la cultura, surgida de las clases populares y medias, apareció como una fuerza política relevante bajo el sobrenombre de bolsonarismo. El estudio, la reflexión y el pensamiento crítico, especialmente en las ciencias humanas como la geografía, la historia, las ciencias sociales, así como la filosofía, son recursos para alentar la lucha por el derrocamiento definitivo de los impulsos de inspiración fascista en una

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ), Pós-doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/UEG), Professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC/GO), e-mail: eduardo.franco@educ.go.gov.br.

era generada por la superindustria de lo imaginario. La filósofa Hannah Arendt, alemana de origen judío, exiliada del régimen nazi, cubrió como periodista el juicio del criminal de guerra Adolf Eichmann, que tuvo lugar en Jerusalén en 1961. A partir de las observaciones del pensador en relación al “tipo ideal” que el acusado representado, que no era una figura monstruosa y perversa, como quería hacer parecer la fiscalía, sino un tipo común, el ciudadano respetable, que sigue las reglas y que sólo quiere tener éxito en su carrera, la filósofa creó el concepto de Banalidad del Mal. El objetivo de este artículo es partir de la teoría de Hannah Arendt sobre el fenómeno de la obediencia ciega, para buscar pistas para comprender el ascenso del neofascismo bolsonarista en el Brasil actual.

Palabras-clave: Ausencia de pensamiento; Banalidad del Mal; Bolsonarismo.

Introdução

O contexto geopolítico atual revela o despertar de velhas ideias autoritárias que culminaram, no século XX, em estados totalitários. O século XXI vem se mostrando um período fértil para a reinvenção de tecnologias de controle fundadas no ódio à diferença, na ode à segregação e no cultivo à estupidez. No que se refere ao Brasil, acompanhamos atônitos o levante de uma massa ignóbil, ressentida com o pensamento, a educação e a cultura, emergentes das camadas populares e médias. Nos interiores do país, onde a ideologia do *agro* de exportar tudo o que puder sem pensar no amanhã, apenas visando o lucro imediato enquanto atravessadores de riqueza para as corporações sediadas no Norte global é a hegemonia, essa massa atingiu proporções absurdas.

Tal levante é uma reação conservadora às transformações e à ascensão social e política dos diferentes. Transformações que ocorreram a partir das reformas sociais e educacionais promovidas por governos progressistas, que estiveram no poder entre 2003 e 2016, e que foram retirados por um golpe. O golpe, promovido pelas elites, foi aclamado, fomentado e legitimado por uma multidão contaminada pelo ódio a inimigos imaginários e aos grupos minoritários, como indígenas, quilombolas, populações tradicionais, grupos LGBTQIA+, população negra, periférica, etc. “Minorias” que no Brasil são a maior parte da população.

De uma hora para outra, o caráter respeitoso e cordial da diversidade e pluralidade étnica, sexual, etária e de classe que sustentava o paradigma de uma sociedade alegre e pacífica, forjada no tropicalismo (Segato, 2021), com todas as contradições de um país fundado no colonialismo e no escravismo, cedeu lugar a uma atmosfera odiosa em que toda beleza passou a ser condenada. A nova atmosfera exalava o desprezo ao pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se passou a louvar abertamente as armas, o ódio e a ignorância. O que se observou no fenômeno de ascensão do neofascismo no Brasil, com a eleição presidencial de 2019, foi o sucesso em atrair as massas para uma inversão da moralidade e dos códigos de conduta que prescrevem o respeito, o amor e a solidariedade; por valores tacanhos individualistas e belicosos, tóxicos para a vida em sociedade.

O primeiro passo no combate à ascensão da atmosfera neofascista no Brasil foi dado. O governante que ocupou a cadeira da presidência de 2019 a 2022, uma marionete submissa aos detentores do poder financeiro, que acelerou o quanto pôde a entrega dos patrimônios nacionais para o mercado internacional, investindo na popularidade de ações e discursos de ódio contra as minorias, foi derrotado nas urnas. O pela terceira vez presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que promoveu a maior ampliação do acesso à educação superior no país, ampliação que propiciou grande parte do processo formativo acadêmico de milhares de brasileiros e brasileiras das mais distintas origens e regiões do Brasil, retornou à presidência da república desde janeiro de 2023. Uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), e a polícia Federal, investigaram as responsabilidades de uma tentativa de golpe promovida pela extrema direita brasileira em 08 de janeiro de 2023, prisões ainda estão sendo deflagradas.

O estudo, a reflexão e o pensamento crítico, especialmente das ciências humanas como a geografia, a história, as ciências sociais, bem como da filosofia, são recursos para fomentar a luta para a derrocada definitiva de impulsos de inspiração fascistas em uma época gestada pela superindústria do imaginário (Bucci, 2021). As filosofias criadas a partir da superação dos totalitarismos que afligiram o continente europeu no século XX, nos fenômenos do nazismo, fascismo e stalinismo, podem ser úteis na compreensão das dificuldades que enfrentamos hoje, no Brasil, com a ascensão ao poder de uma extrema direita influenciada por ideias nazistas e fascistas e com tendências totalitárias.

A filósofa Hannah Arendt (1999), alemã de origem judaica, exilada do regime nazista, cobriu como jornalista o julgamento do criminoso de guerra Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém no ano de 1961. A partir das observações da pensadora em relação ao “tipo ideal” que o réu representava, que não era uma figura monstruosa e perversa, como a promotoria queria fazer parecer, mas um tipo muito comum. Eichmann representava o cidadão respeitável, seguidor das normas e que quer apenas ser bem sucedido em termos de carreira. Arendt revela a profunda crise da moralidade moderna: a irreflexão, capaz de materializar males extremos, mas sem raízes, o que ela chamou de Banalidade do Mal. O objetivo deste artigo é partir da teoria de Hannah Arendt acerca do fenômeno da obediência cega, para buscar pistas para a compreensão da ascensão do neofascismo bolsonarista no Brasil atual.

Eichmann e a obediência cega

Arendt escreveu no contexto de uma europeia de origem judaica, racializada e exilada nos Estados Unidos. Sua posição passou pela subalternidade mesmo em sociedades do Norte global, pois as tramas da colonialidade têm desenhos complexos e com delimitações não tão rígidas. A respeito dos abismos promovidos pela colonialidade nas américas, questões que não afetavam o seu lugar de enunciação (Maldonado-Torres, 2013), seus posicionamentos foram contraditórios. Porém, as reflexões de Hannah Arendt podem contribuir para a compreensão do fenômeno que ocorre atualmente no Brasil, em relação ao que a autora chamou de ausência do pensamento, que seria a adesão acrítica à movimentos

de massa e a inversão repentina de valores morais influenciada por esses mesmos movimentos. Obviamente, a teoria de Arendt parte do seu lugar de enunciação, e só como um exemplar paradigmático (Agamben, 2019) nos auxilia a pensar desde o nosso lugar.

Arendt observa que os juízes do caso não acreditavam que “uma pessoa mediana, ‘normal’, nem burra, nem doutrinada, nem cínica pudesse ser inteiramente incapaz de distinguir o certo do errado” (Arendt, 1999, p. 38). Por isso, preferiam sustentar que o réu estivesse apenas mentindo. Mas o que a filósofa detecta é a surpreendente e deliberada incapacidade de pensar de Eichmann, que o incapacitava para os juízos morais. Trechos dos depoimentos dele são sintomáticos da sua incapacidade para o pensar.

O fracasso do regime nazista, por exemplo, deixa Eichmann atordoado por não ter mais de onde receber ordens. Ele recorda: “Senti que teria de viver [...] uma vida individual difícil e sem liderança, não receberia diretivas de ninguém, nenhuma ordem, nem comando me seriam mais dados” (Arendt, 1999, p. 43-44). Ou, quando se desculpa por sua dificuldade com a oratória, segundo Arendt, Eichmann revela a relação de sua dificuldade de fala com uma incapacidade para o pensamento. Eichmann diz: “Minha única língua é o oficialês”, e a filósofa interpreta: “o oficialês se transformou em sua única língua porque ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê” (Arendt, 1999, p. 610).

A obediência, louvada como virtude pelas sociedades cristãs, foi a principal causa para a culpa de Eichmann em relação aos crimes cometidos sob sua tutela no regime nazista. O que colocou a moralidade em crise no mundo moderno foi a firme obediência. O “não cair em tentações”, da moralidade cristã, forjou cidadãos capazes de aderir a qualquer código de valores sem ceder à compaixão por seus concidadãos. O bom cidadão não questiona as regras, mas obedece. Eichmann tipifica a ineficácia da obediência em períodos em que os valores de uma sociedade entram em crise: “Sua culpa provinha de sua obediência, e a obediência é louvada como uma virtude” (Arendt, 1999, p. 269).

Eichmann não era mau, não praticava crimes por perversidade ou desvio de caráter. Mas os crimes perpetrados com a sua participação foram monstruosos, e por isso ele devia, para Arendt, ser responsabilizado. A falta de pensamento, a cega adesão, é capaz de fomentar males imensuráveis. Eichmann, “simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo. [...] Foi pura irreflexão” (Arendt, 1999, p. 310-311).

Hannah Arendt propõe o conceito de Estar só, pré-condição para a experiência do pensamento, como motivo eficaz para que se evite a prática do mal em sociedades em momentos de crise e exceção. Retomar o exemplo e a conduta dos que são capazes de resistência nesses períodos, pode contribuir para a fertilização dos seres pensantes em uma sociedade como a brasileira, em que o flerte com o fascismo, a adesão por irreflexão, se tornou ordem do dia.

Estar só como forma de resistência

Em contraponto ao “tipo ideal” que pratica o mal por irreflexão, exemplificado pela personagem Eichmann, Hannah Arendt procurou caracterizar os indivíduos que, mesmo em situações em que não há um código que prescreve a conduta do que é certo, julgam e agem moralmente. A filósofa ressalta que esses indivíduos não são exceções no sentido de serem mais inteligentes, ou mais dotados de alguma faculdade, mas fazem uso de uma capacidade comum a todos os humanos: o pensamento. Arendt define o pensar como “a disposição para viver explicitamente consigo mesmo, se relacionar consigo mesmo, isto é, estar envolvido naquele diálogo silencioso entre mim e mim mesma” (Arendt, 2004, p. 107).

A experiência do pensamento é o que, de acordo com Arendt, propicia que o indivíduo encontre parâmetros para decidir o que é certo e errado. O exercício do pensamento não é trata de uma atividade técnica, voltada para a aquisição de conhecimentos e informações, mas de um diálogo interior do eu consigo mesmo para a consolidação das próprias opiniões. A possibilidade do pensamento, comum a todos os seres humanos, mas não exercitado por muitos, deve-se a uma capacidade humana de tornar-se dois em um: “mesmo que eu seja um só, não sou simplesmente um só, tenho um eu. Esse eu não é de modo algum uma ilusão; faz-se ouvir falando para mim – falo comigo mesmo, não estou apenas ciente de mim mesmo – e, nesse sentido, embora seja um só, sou dois em um” (Arendt, 2004, p. 154).

Esse diálogo silencioso do eu consigo mesmo, de acordo com o pensamento de Arendt, não é algo acidental e contingente, ou apenas uma ferramenta para facilitar a existência, mas algo fundamental e constituinte da humanidade. De modo que, segundo a filósofa, o diálogo íntimo consigo é o que fornece a personalidade, e distingue uma pessoa, um ser pensante, de mero animal racional. A relevância do pensamento para quem o pratica é tamanha, que muitos pensadores preferem a morte a abdicar de tal faculdade: “é nesse diálogo silencioso de mim mesma comigo mesma que a minha qualidade especificamente fica provada”. (Arendt, 2004, p. 157). O eu, para Hannah Arendt, existe em dualidade para consigo mesmo, na medida em que pensa. Intimamente, o pensamento ocorre como atividade, em que o eu, ao mesmo tempo, é quem faz as perguntas e produz respostas, “sou ao mesmo tempo quem pergunta e quem responde” (Arendt, 2000, p. 139).

Arendt invoca um exemplar do tipo antípoda à Eichmann, alguém que cultive o diálogo íntimo como virtude essencial. Esse tipo ideal é Sócrates. A filósofa revela as características da conduta e do pensamento de Sócrates no que escreveu Platão, tanto dando voz a seu mestre, quanto em seu pensamento original, que reflete as impressões que Sócrates outrora o causara. Aristóteles também conserva e traz em seu pensamento, traços da impressão que a conduta moral balizada no pensamento como diálogo íntimo, descoberta por Sócrates, causou em Platão e chegou até o seu discípulo.

A formulação que melhor traduz o fundo moral do pensamento como um diálogo interior, segundo Arendt, está no diálogo *Górgias*, em que Platão atribui à Sócrates a afirmação de que, “seria melhor para mim que a minha lira ou coro que eu dirigisse fossem desafinados ou estridentes, com dissonâncias, e que multidões de homens discordasse de mim, do que eu, sendo um só, estivesse em

desarmonia comigo mesmo e me contradissesse” (Platão *apud* Arendt, 2004, p. 154). Arendt explica que esta é uma afirmação subjetiva, e que não pode ser provada objetivamente, mas sua validade “só pode ser mantida para o homem na medida em que ele é um ser pensante, que precisa da companhia de si mesmo” (Arendt, 2004, p. 165).

A afirmação de Sócrates tem um caráter paradoxal de difícil compreensão para as racionalidades modernas. Arendt expõe esse caráter e nos ajuda a aprofundar nos mistérios da citação. Segundo ela, Sócrates fala ao mesmo tempo de ser um só e de não aceitar correr o risco de entrar em desacordo consigo mesmo. Porém, o que é um só e idêntico a si mesmo, não pode estar em harmonia ou desarmonia consigo. É preciso haver pelo menos dois tons para que haja uma harmonia ou desarmonia. Enquanto objeto de conhecimento para os outros, eu sou sempre um. Também sou para mim mesmo, mas, quase não apareço para mim, e a unidade do eu se dá em analogia a representação que faço das individualidades dos meus objetos de conhecimento. Nas palavras de Arendt: “não sou apenas para os outros, mas também para mim mesma, e nesse último caso não sou claramente uma só. Uma diferença é inserida na minha Unicidade” (Arendt, 2004, p. 251).

A validade dos julgamentos efetuados pelo diálogo íntimo do dois em um que formam o eu em pensamento, descoberto por Sócrates, foi teorizado por Aristóteles como um axioma do princípio de não contradição:

‘temos de acreditar nele porque... ele não se dirige à palavra externa, mas ao discurso interno à alma, e embora possamos sempre levantar objeções contra a palavra externa, nem sempre podemos fazê-lo contra o discurso interior’, porque o parceiro é a própria pessoa, e é impossível que eu queira tornar-me meu próprio adversário (Aristóteles *apud* Arendt, 2000, p. 139).

A duplicidade íntima do eu é paradoxal porque mesmo em nossa autoconsciência ela é intermitente. O estado de dois em um só se dá durante a atividade do pensamento, e em outros estados, a duplicidade do eu se interrompe e se torna outra vez um só eu. Quando o eu não está pensando, ou quando tem o seu pensamento interrompido, volta a ser um, e busca o apoio de “pessoas, livros, música” ou, “se eles não corresponderem”, se é “dominado pelo tédio e pela solidão” (Arendt, 2004, p. 164).

Existe um caso particular em que o estado do dois em um se interrompe, sem que se interrompa o pensamento. Quando estou na companhia de um amigo, que Aristóteles definiu como um outro eu: “Se uma pessoa me dirige a palavra e se, como às vezes acontece, começamos a dialogar sobre as mesmas coisas com que uma de nós havia se preocupado enquanto ainda estava só (*in solitudine*), então é como se agora me dirigisse a outro eu” (Arendt, 2004, p. 163).

Sócrates descobriu que é possível dialogar e interagir consigo mesmo, assim como com os outros e há, de acordo com Arendt, nessas interações, algo de relacionado. São sempre diálogos entre eus. Aristóteles, ao refletir acerca da amizade, viu no amigo um outro eu. Com um amigo, “pode-se [...] empreender o diálogo de pensamento como se faz consigo mesmo” (Arendt, 2000, p. 141).

Para exercer o pensamento, para atingir o estado de duplicidade e do diálogo íntimo entre mim e mim mesmo, são necessárias certas condições. A principal delas é estar afastado das inclinações externas, estar afastado de outras pessoas, especialmente das multidões ruidosas. Arendt chama “o modo de existência presente nesse diálogo silencioso de mim comigo mesma de estar só (*solitude*)” (Arendt, 2004, p. 163). Estar só é mais do que estar sozinho e os seus modos. Estar só é distinto da solidão e do isolamento.

O pensamento é um estar só, mas na situação em que o eu se faz companhia. Solidão é o que ocorre quando se está só, mas incapaz de dividir-se em dois em um e ser sua própria companhia. Quando se está junto apenas de si mesmo, ao realizar o estar só, há a descoberta da pluralidade interior, e se está acompanhado, na companhia de si mesmo. A solidão, pelo contrário, é um fenômeno, um pesadelo, de acordo com Arendt, que pode dominar um sujeito mesmo no meio de uma multidão. A solidão é o estar abandonado por si mesmo, é a incapacidade de se tornar dois em um, temporária em distintos graus.

Quando não há mais ninguém como companhia, nem o próprio eu, a solidão se instaura, e o tédio, a necessidade da distração, domina o sujeito. Arthur Schopenhauer (2005, p. 403) definiu o tédio como a fonte da sociabilidade, pois “faz seres, que se amam tão pouco como os humanos, frequentes vezes procurarem-se uns aos outros”. Os movimentos de massa, os exércitos de rebanho, no contexto da ascensão do bolsonarismo no Brasil, apelidados de “gado”, têm nesse sentimento uma das suas forças. Esses movimentos propiciam um sentimento de pertencimento a um grupo para os solitários, os incapazes de pensar, que não desfrutam de sua própria companhia. As redes sociais e os *smartphones* são empreendimentos que capturam e comercializam a atenção das pessoas (Bucci, 2021) em seu momento de tédio, e como uma bola de neve fomentam a experiência de na solidão não haver o dois em um, o pensamento. Uma incapacidade de tornar-se dois em um em um grau elevado é um problema muito sério, produz a idiotia e a falta de caráter, pois, conforme Arendt, “a minha conduta com os outros vai depender da minha conduta comigo mesma” (Arendt, 2004, p. 161).

Nem a solidão e nem o isolamento são estados que produzem a dicotomia interior em que o eu pode fazer perguntas a si mesmo e receber respostas. Estar sozinho pode também significar isolamento, que “ocorre quando não estou nem junto comigo mesma, nem na companhia de outros, mas preocupada com as coisas do mundo” (Arendt, 2004, p. 164). O isolamento possui um sentido positivo, ele é uma condição natural para qualquer fabricação, onde há a necessidade de se estar concentrado no que se está fazendo, e a presença dos outros, inclusive o outro eu da duplicidade do pensamento, só atrapalha. Como um fenômeno negativo, o isolamento se dá quando as companhias de um certo interesse abandonam um sujeito. Tal isolamento “só pode ser suportado se é transformado no estar só (*into solitude*)” (Arendt, 2004, p. 164). Arendt considera relevante as distinções entre o estar só, a solidão e o isolamento, mas salienta que as fronteiras entre tais estados não são rígidas, e os estados se transmutam um no outro com facilidade. Porém, o pensar enquanto atividade não técnica, mas na busca pela compreensão dos sentidos, só ocorre quando se está só.

Ao contrário da sociabilidade, buscada por quem está acometido pelo tédio oriundo da solidão, estar só evita as multidões. Mesmo se realizado em ambientes públicos, o diálogo do eu consigo mesmo necessita do afastamento dos ruídos do mundo exterior. Por evitar as interferências externas, o pensar é percebido, popularmente, como uma característica antinatural, que gera, frequentemente, comportamentos estranhos para quem neles se embarca, porque as reflexões não se guiam por fins práticos, mas por questões que transcendem o cotidiano.

Em um grau extremo de incapacidade de pensamento estão aqueles que não conhecem a interação entre o eu e si mesmo, que é o momento íntimo em que os seres humanos examinam o que dizem e o que fazem. Indivíduos que desconhecem essa experiência, segundo Arendt, não se importam em se contradizer e tampouco se importarão em cometer crimes.

A sabedoria de Sócrates ensina, de acordo com Arendt, que as pessoas capazes de pensamento, que são, ao mesmo tempo, os que não querem entrar em contradição consigo mesmos e, portanto, evitam praticar o mal, são investidas de um *eros*. Esse *eros* se traduz em um amor desejoso pela sabedoria, pela beleza e pela justiça, três temas em que o diálogo íntimo é fundamental para qualquer julgamento autêntico.

No contexto contemporâneo, em que a superexposição às redes sociais e aplicativos de conexão a partir de grupos de interesse, o exercício do estar só para dialogar consigo mesmo, fortalecer ou examinar suas convicções, é uma conduta contracultural, um estilo de vida que contrasta com o normal de uma época em que a ode às narrativas ególatras das redes sociais massifica um comportamento irrefletido, de adesão e imitação dos códigos de relações consumistas e baseados na imagem.

Exercer o pensamento para distinguir o certo do errado

Hannah Arendt salienta que, se existe uma faculdade que permite ao ser humano distinguir o que é certo do que é errado, esta faculdade tem que ser comum a todos, e não privilégio de alguns. Caso contrário, os não dotados não poderiam ser responsabilizados por seus atos. É um consenso fundamental, segundo Arendt, que se exige que um sujeito normal tem condições para distinguir o certo do errado e fazê-lo mesmo nas condições limites em que tudo o que têm para guiá-los seja o seu próprio juízo, que pode até mesmo estar em conflito com todos à sua volta em determinadas situações.

Enquanto a inteligência, que é a faculdade de aquisição e operação com dados, que propicia o acúmulo de conhecimentos e informações através da abstração, pode ser uma prerrogativa de alguns, o pensar não o é. O pensamento é uma faculdade presente em todo o ser humano. A incapacidade de pensar não decorre de uma carência de poder cerebral, mas da presente em todos e a todo momento, de se evitar o diálogo consigo mesmo. A habilidade de distinguir o certo do errado está relacionada com a habilidade de pensar. Há, portanto, que se exigir de toda pessoa sã, o exercício do pensamento.

Hannah Arendt remonta ao trágico episódio do holocausto promovido pelos nazistas e seus apoiadores como exemplar de uma situação em que as leis e o comportamento da maioria das pessoas

passaram a ser contrários à moralidade. A recomendação para não matar, basilar de todo código moral, foi invertida e matar passou a ser recomendado. Em uma situação como esta, o juízo individual é o único motivo para salvar alguém da responsabilidade individual. Os crimes foram cometidos em massa, em nome de uma nação, com a participação coletiva, organizada em linha de produção. Assim foram as fábricas de morte do nazismo.

Nessa situação-limite, os cidadãos que estavam plenamente qualificados para discutir as questões da moralidade em uma sociedade “normal”, os chamados especialistas, se mostraram incapazes de produzir respostas que contivessem o mal. Mais que isso, muitas vezes se renderam à tentação de colaborar com o regime. Os conceitos vigentes nos padrões tradicionais se mostraram inadequados para serem aplicados nas condições em que foram realmente necessários.

Contextos de colapso moral, como o que se refere Hannah Arendt, revelam que a ausência de julgamentos quanto a conduta individual é um fenômeno comum, que pode levar a consequências extremas quando esse fenômeno é conectado em rede. A alcance dos danos gerados pela falta de pensamento conectada em redes está sendo explorado, neste século XXI, em um nível que o século XX não conheceu. De acordo com Arendt, “a falta de julgamento se mostra em todos os campos: nós a chamamos de estupidez em questões intelectuais (cognitivas), falta de gosto em assuntos estéticos e obtusidade moral ou insensatez no que diz respeito à conduta” (Arendt, 2004, p. 204).

Em situações-limites como o holocausto nazista, as pessoas que se recusam a participar, que no calor dos acontecimentos são chamados de irresponsáveis pela massa, são, de acordo com Arendt, os únicos capazes de julgar por si próprios. A não participação é uma deliberação do pensamento. Os que se recusam a participar não se abstiveram por possuírem um melhor sistema de valores. Pelo contrário, os cidadãos respeitados, orgulhosos dos seus valores foram os primeiros a se render e aderir. Trocaram um sistema de valores por outro. Os que resistiram foram os que a consciência não funcionava de uma maneira automática. Uma consciência assim automática pressupõe a existência de um conjunto de regras aprendidas ou inatas a que se adequar. Os que resistiram e se negaram a colaborar, foram aqueles que “se perguntavam em que medida ainda seriam capazes de viver em paz consigo mesmos depois de terem cometido certos atos” (Arendt, 2004, p. 107).

Em contextos em que a maioria, ou grande contingente, está a se deixar levar, irrefletidamente, por discursos e movimentos de massa, pelo que os outros fazem e acreditam, os sujeitos que pensam se destacam, eles são forçados a mostrar-se. A recusa em aderir, a não participação, nessas situações, torna-se uma ação, um ato eminentemente político.

O inconveniente decorrente de os juízos morais não serem baseados em nada objetivo, mas no diálogo íntimo do sujeito consigo, é a incapacidade de convencer os que não vivenciam tal experiência. Sócrates deixou explícita essa dificuldade, permanecendo sempre com convicção inabalável de seus valores, mesmo reconhecendo que o mundo inteiro estava contra o seu ponto de vista. A validade dos juízos morais só será plausível para pessoas que têm consciência. Isso porque o pensamento, fundamento

da moral, é construído como um processo de fala, circunscrito ao reino das palavras, no qual, segundo Arendt, “nunca encontraremos uma regra de ferro rígida pela qual poderemos determinar o que é certo e o que é errado” (Arendt, 2004, p. 151).

No diálogo *Teeteto* (Platão, 1973), um diálogo sobre o conhecimento, Sócrates expõe como se opera o processo do pensamento sobre uma questão até o seu esclarecimento. Esse processo ele chama de um discurso que o espírito trava consigo mesmo, sobre qualquer assunto que esteja em consideração. Nesse discurso, o espírito faz perguntas a si mesmo e as responde. Há um momento em que as coisas devem ser decididas, e é quando os dois falam igual, quando encontram um consenso e não estão mais incertos. Assim se forma, segundo Sócrates, a opinião do espírito. Decidir e formar uma opinião sobre qualquer assunto é, então, uma afirmação falada, mas pronunciada não em voz alta e para outra pessoa, mas silenciosamente para si mesmo. Qualquer indivíduo, caso se trate de um ser pensante, sabe que tem de conviver consigo, e este é o seu limite moral, que não é imposto de fora, mas auto estabelecido.

Em termos kantianos, segundo Arendt, a filosofia seria “o exercício da razão como a faculdade do pensamento, para impedir o mal” (Arendt, 2004, p. 232). Para esse fim, o subproduto moral do pensamento, o conteúdo do que foi pensado, é de uma importância secundária. O que conta é a experiência do pensamento. Segundo Arendt, foi a experiência de pensar, que levou Sócrates a afirmações como a de que, sendo dois em um, não quer entrar em desarmonia consigo mesmo. Embora ele “não tivesse começado o seu empreendimento para chegar a elas” (ARENDR, 2004, p. 249). É um erro, de acordo com Arendt, compreender os contributos do pensamento no impedimento do mal a partir dos resultados de cogitações sobre a moralidade. Os resultados são, antes, subprodutos incidentais da atividade do pensar. O que serve aos fins morais “são intuições, sem dúvida, mas intuições da experiência” (Arendt, 2004, p. 249).

A história da filosofia moral é uma coletânea importante para a moralidade humana. Porém, Arendt pondera que pode ser que nenhum dos sistemas e doutrinas que foram transmitidos pelos grandes pensadores seja convincente e nem mesmo razoável para os dias de hoje. Contudo, nenhum desses sistemas é arbitrário e, por isso, devem ser preservados e são dotados de valor. As obras dos grandes pensadores são as “únicas pistas que temos para descobrir o que significa o pensamento para aqueles que nele se engajam” (Arendt, 2000, p. 12).

A falácia que faz com que os grandes sistemas morais não sejam de utilidade para a solução dos problemas reais, é a “interpretação do significado no modelo de verdade” (Arendt, 2000, p. 14). O produto do pensamento que serve à conduta na vida não é o conhecimento, mas a “capacidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio” (Arendt, 2004, p. 257). É essa sabedoria que pode impedir as grandes catástrofes. As filosofias morais ensinam a distinguir o certo do errado por serem exemplares da experiência do pensamento que propicia essas respostas em cada caso particular. Por outro lado, Arendt frisa que uma vida sem pensamento é totalmente possível. Mas, essa vida fracassa em sua própria manifestação. Ela não é só sem sentido, “ela não é totalmente viva” (Arendt, 2000, p. 143).

Na filosofia clássica, segundo Hannah Arendt, o pensamento foi caracterizado em grande parte como contemplação. Em Platão, a atividade do pensamento, definida como diálogo sem som que cada um mantém consigo mesmo, serve apenas para abrir os olhos do espírito. O *nous* aristotélico é um órgão para ver e contemplar a verdade. O pensamento, para esses pensadores, não é uma atividade. O pensamento visa a contemplação. Para contemplar, as atividades espirituais entram em repouso. Na era cristã, continua a filósofa, o pensamento passou a ser meditação, uma atividade mediada pela palavra. Mas a meditação terminava em contemplação. A modernidade transformou o pensamento em um servo da ciência. A ciência produz conhecimentos, e o pensamento ganhou muito em atividade.

A experiência do pensamento que fornece subsídios para os juízos não é a atividade pura em busca de conhecimentos, da acelerada modernidade. Tampouco é a pura passividade da contemplação. O pensamento é uma atividade com resultados morais. O resultado do pensamento é a constituição da personalidade daquele que pensa. Arendt elogia o pensamento meditativo, que não produz definições, é inteiramente sem resultados, mas busca encontrar sentido através da palavra, da formação de opiniões do espírito.

A crise moral é consequência da crise dos modelos de pensamento. Todavia, Arendt não é pessimista, “por mais seriamente que nossos modos de pensar estejam envolvidos nesta crise, nossa habilidade para pensar não está ‘em questão’” (Arendt, 2000, p. 11). A esperança de Arendt não está no pensamento enquanto atividade pura da modernidade cientificista, mas na inclinação, “uma necessidade de pensar para além dos limites do conhecimento” (Arendt, 2000, p. 11).

Algumas consequências são deduzidas da hipótese de que existe uma conexão interna entre a capacidade ou incapacidade de pensar e o problema do mal. A hipótese é defendida por Arendt a partir da interpretação do exemplo dos antípodas Sócrates e Eichmann. Se essa conexão existe, a faculdade de pensar é atribuída a todos. Se a faculdade do pensamento tem uma aversão em aceitar os seus próprios resultados como axiomas, não haverá nenhum código ou mandamento moral último. Se o pensar lida com os invisíveis, está fora de ordem, pois nos movemos em um mundo de aparências. O pensamento cega “o pensador ou o poeta para o mundo visível” (Arendt, 2004, p. 234).

O exemplo de Sócrates ensina, sobre a conexão entre o mal e a ausência de pensamento, que “as pessoas que não amam a beleza, a justiça e a sabedoria são incapazes de pensar”, por outro lado, e reciprocamente, “aqueles que amam a investigação e, assim, ‘fazem filosofia’ são incapazes de fazer o mal” (Arendt, 2000, p. 135). Infelizmente o panteão da história da filosofia ocidental apresenta nomes que contrariam a tese de Sócrates. Há sujeitos que fizeram filosofia e produziram o mal. A adesão de Heidegger ao nazismo, as afirmações racistas de Kant e Hegel, são exemplos dessas contradições.

Hannah Arendt chama atenção para a importância de um aspecto do pensamento: a lembrança. O pensar e o lembrar, para a filósofa, é a maneira que os seres humanos deitam suas raízes sobre o mundo, é o modo como cada um toma o seu lugar em um mundo que chegamos todos como estranhos. O processo de deitar raízes no mundo, propicia a formação da personalidade, que fornece singularidade

e caracteriza uma pessoa, que a distingue de um mero ser humano, ou animal racional, que seria o mesmo que um ninguém. Deixar de lembrar exige um malfeitor da sensação de culpa, “ninguém consegue se lembrar do que não pensou de maneira exaustiva ao falar a respeito do assunto consigo mesmo” (Arendt, 2004, p. 158-159).

Se existe algo no pensamento que possa impedir que os seres humanos façam o mal, esse algo é inerente à atividade do pensamento, independente dos objetos e conhecimentos adquiridos. Para tal atividade não é necessário nenhum órgão especial porque a pessoa permanece dentro de si mesma, não tem que acessar a nada transcendente, fora de si mesma. O que leva alguém a se recusar a fazer o mal, é temer a sua consciência. Temer a consciência é antecipar a presença de uma testemunha que aguarda o sujeito apenas se e quando ele vai para casa, quando está só. Se, “assim como sou meu parceiro quando estou pensando, sou minha própria testemunha quando estou agindo” (Arendt, 2004, p. 155), para aqueles que têm essa consciência, tal sabedoria é um freio para a prática do mal.

Para fomentar, em nosso contexto contemporâneo, enunciado desde o interior de Goiás, um território periférico controlado pelos agentes internacionais do *agribusiness*, uma estratégia de resistência possível é cultivar o surgimento de seres pensantes. A difusão de expressões culturais, artes, literatura, teatro, música, dança, através de centros culturais autônomos atuantes nas periferias. O pensamento pode ser estimulado pela formação de base. Pela facilitação do acesso dos povos às suas raízes, à memória coletiva. Tais ações não garantem a experiência do pensamento, mas promovem condições para o seu acontecimento.

Como resistir a aderir a um movimento de massas?

Hannah Arendt, que não se considera uma especialista em questões morais, afirma que essas questões surgiram e se impuseram a sua geração, por conta da situação-limite revelada em uma “como que honesta mudança de opinião da noite para o dia” (Arendt, 2004, p. 86) da maioria dos seus compatriotas. Mudança acompanhada de uma incrível facilidade de rompimento e abandono de amizades de uma vida inteira. A mudança repentina nos valores, em uma nação que se considerava altamente civilizada, desnudou uma moralidade compatível com o significado original da palavra, que remete a um conjunto de costumes, usos e maneiras que, semelhante a regras de etiqueta, podia ser trocado sem grandes dificuldades. Os moralistas estreitos, que estão sempre invocando os elevados princípios morais, foram os primeiros a aderir ao novo padrão de conduta, para não perder o trem da história, para manter os seus privilégios, para ascender em suas carreiras. A sociedade considerada respeitável, está sujeita a se tornar nada respeitável, e até criminosa, por sempre estar disposta a fazer concessões para se manter respeitável.

Frente à situação de colapso moral, revelada nos momentos de crise e exceção, quando o Estado e as leis passaram a incentivar a prática de crimes, as únicas pessoas confiáveis são as que “dizem ‘não posso!’” (Arendt, 2004, p. 143). Essas pessoas não duvidaram que os crimes continuavam sendo crimes,

mesmo que estivessem legalizados pelo governo, e por isso era melhor não participar. Decidiram por abrir mão de seus cargos e perspectivas de carreira e, mesmo tendo prejuízos pessoais, se recusaram a participar. Apenas quem se retirou completamente da vida pública, se recusou a qualquer tipo de responsabilidade política, evitou ser imputado em qualquer responsabilidade legal e moral.

Nas ditaduras do século XX, especialmente as que Hannah Arendt caracterizou como variedades totalitárias, a saber, o fascismo, o nazismo e o stalinismo, a participação popular é algo fundamental. Participação que pode significar a cumplicidade em atividades criminosas. A não participação, nessas situações, é uma questão de decisão, que pode ter consequências fatais. Nos países livres a não participação é uma forma de resistência e com a liberdade de associação, há muitas vezes a esperança de que a desobediência civil, a recusa em participar, como foi no caso dos desertores norte americanos na guerra contra o Vietnã, produza transformações políticas. A desobediência civil da não participação é essencialmente política.

Em situações de totalitarismo o horizonte de resistência não é tão iluminado, mas não deixa de ser uma questão de decisão. Essa recusa se dá em uma situação marginal de impotência. Ausentar-se do poder, o que pressupõe o isolamento, é a única forma de não colaborar, e o único a se fazer, é não fazer nada. Aqueles que corroboraram com o regime sob o argumento de que iriam trabalhar para destruí-lo por dentro, acabaram se tornando cúmplices dos crimes. Hannah Arendt expõe o raciocínio de quem se recusa a participar dos crimes fomentados por uma ditadura totalitária:

Se eu fizesse o que agora é exigido de mim como o preço da participação, quer como mero conformismo, quer até como a única chance de uma resistência por fim bem sucedida, já não podia viver comigo mesma; a minha vida deixaria de valer a pena para mim. Por isso preferiria sofrer o mal agora, [...] pagar o preço de uma pena de morte [...] a ser forçada a participar, a fazer o mal depois de ter de viver junto com essa malfeitora (Arendt, 2004, p. 223-224).

O motivo para se recusar a fazer o mal, mesmo em situações extremas de exceção, onde a não participação pode ter um alto preço, é o preço ainda maior de se estar condenado a viver junto com um malfeitor em uma intimidade insuportável. Praticar o mal é estragar a capacidade de gozar a companhia e a harmonia consigo mesmo. A maneira mais segura para um criminoso não ser imputado é esquecer o que fez e não pensar mais no assunto. O preço de cometer o mal é ter que voluntariamente deixar de pensar, deixar de estar em sua própria companhia. Mas é bem possível e comum que alguém se recuse a pensar e permaneça normalmente humano. Mas esse alguém, que abdicou da mais elevada realização da capacidade humana de falar, o diálogo silencioso do estar só, torna-se sem sentido, e para os outros, uma criatura possivelmente inteligente, mas sem nenhuma capacidade de pensar. Este ser está mais para um ninguém, que se recusa a lembrar e, por isso, está disposto a fazer qualquer coisa.

Conforme já foi mencionado, Arendt encontra em Eichmann o exemplar de um “tipo ideal” comum e perigoso nas sociedades. A conduta e o ponto de vista de Eichmann forneceu a Arendt o conceito de banalidade do mal. Por mais monstruosos que fossem os atos perpetrados, o agente não era

alguém monstruoso ou demoníaco. A característica específica do tipo Eichmann não é a estupidez, “mas uma curiosa e totalmente autêntica incapacidade de pensar” (Arendt, 2004, p. 226). A incapacidade de pensar se manifesta no discurso pelo recurso frequente aos clichês, aos lugares comuns, e na conduta pela adesão a códigos convencionais e padronizados de expressão e comportamento. Esses recursos são adotados por qualquer pessoa em alguma medida, com função de proteção contra a realidade, para evitar a exaustão de ter que pensar antes de toda atividade. No caso Eichmann, os recursos de proteção contra a realidade obstruíram todo pensamento.

De posse do conceito da banalidade do mal, a partir da análise do tipo Eichmann, Arendt caracterizou os malfeitores capazes de perpetrar crimes em larga escala, quando coordenados em objetivos comuns. Os maiores malfeitores, segundo Arendt, são aqueles que não se lembram, porque nunca pensam na questão. Sem a lembrança, nada os detém.

O não pensar é um alibi poderoso, que protege as pessoas dos perigos da investigação e do questionamento. O não pensar ensina aos seres a se agarrar a qualquer regra de conduta prescrita e vigente em uma sociedade em um dado período, não importando o seu conteúdo. Aderir cegamente a qualquer código, a ponto de corroborar com crimes se for este o imperativo, não é um empenho muito difícil. Tudo o que tem de fazer é “nunca começar o diálogo solitário silencioso que chamamos de pensar, nunca ir para casa e examinar as coisas” (Arendt, 2004, p. 255).

Hannah Arendt nega que o mal possa estar enraizado na humanidade, ou em qualquer sociedade particular. A característica do mal é a sua ausência de raízes, a sua superficialidade, nesse sentido, sua banalidade. Por isso o mal tem capacidade veloz de se espalhar e ocupar largas superfícies. As raízes são criadas pelo pensamento voltado para o passado e em direção à profundidade. O mal só atinge proporções ilimitadas e extremas quando as raízes cultivadas a partir do eu estão ausentes. Nesse sentido, o mal perpetrado é um mal cometido por ninguém, ou seja, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa.

A moralidade embasada no pensamento, no critério de ser uma companhia harmoniosa para si mesmo, que Hannah Arendt chama de uma moralidade socrática, só é relevante em tempos de crise, como uma medida de emergência. O normal é que os códigos civis e religiosos consigam manter um convívio social que não exponha a moralidade a uma crise. Essa moralidade de emergência permanece sendo sempre negativa. Ela apenas impede que se faça certas coisas, mesmo que elas sejam feitas por todos ao redor, como em uma situação de comoção social que leva ao linchamento, por exemplo. A moralidade socrática negativa e marginal, que não convence as massas, se revelou como a única moralidade operativa nos períodos de crise. Há momentos em que todos os padrões objetivos se esvaem, e “cedem a primazia ao critério ‘subjetivo’ do tipo de pessoa que desejo ser e com quem desejo viver” (Arendt, 2004, p. 176).

Arendt e o bolsonarismo

As disputas eleitorais do executivo federal do Brasil, nos anos de 2019 e 2022, se deram em um nível de polaridade em que a sociedade se dividiu entre as pessoas defensoras da democracia e de valores fundamentais de acesso à cidadania e outro grupo, que agregou metade da população nacional ao seu entorno, defensores de uma moral cristã rígida que pune, marginaliza e exclui aqueles que não estão compreendidos dentro do modelo monocultural do fundamentalismo conservador evangélico neopentecostal. A tortura e o assassinato de quem não se adequa ao fundamentalismo moral adotado por este grupo, tornaram-se bandeira defendida por grupos que se reivindicam como cristãos. A defesa da violência, do ódio e do extermínio por parte de pessoas que afirmam defender os valores cristãos revelam um contexto de inversão dos códigos morais que mantinham a sociedade em uma certa normalidade. Essa ruptura da sociedade em dois projetos inconciliáveis, em que um polo tem como meta o extermínio do outro, ocasionou surpresas como a perda de modelos de padrão moral, a inversão de códigos de conduta em instituições que aderiram ao movimento de massa. Em momentos em que os valores objetivos oscilam, a salvação ética, conforme ensinou Arendt, é a não participação, a não adesão cega, por não querer ter como companhia alguém conivente com o racismo, a misoginia e o fascismo.

Finalmente, teceremos algumas considerações sobre o fenômeno recente do bolsonarismo e as tendências que articulam neofascistas e neoliberais em um mesmo projeto de sociedade brasileira. O projeto que ascendeu o bolsonarismo recupera velhas ideias autoritárias do século XX, que estão sendo requeitadas no Brasil do século XXI. Entre 2019 e 2022 o Brasil foi transformado em um laboratório da extrema direita mundial, que investiu em técnicas de convencimento e adesão das massas para um programa de cunho autoritário e baseado em uma cartilha moralizadora difundida principalmente pelas religiões neopentecostais. Os movimentos autoritários de massa, ressignificados e animados pelas novas tecnologias digitais, se tornaram o problema da atualidade no território brasileiro.

O bolsonarismo movimenta uma massa ignorante e inimiga de todo pensamento com motivações fomentadas por uma suposta guerra cultural promovida pela esquerda. As ideologias do agro e as falácias baseadas em um Produto Interno Bruto (PIB) inflado que não expõe as desigualdades, favoráveis às agendas neoliberais se adaptaram sem grandes dificuldades à tendência neofascista. Nesse contexto de crise, a filosofia, tomada como concreta, como ligada à vida e para responder às demandas reais, pode fornecer pistas para compreensão e combate ao fascismo à brasileira.

O processo escravista, violento, epistemicida e ecocida de formação sociocultural do Brasil é a gênese do que se vive hoje. O holocausto nazista alcançou grandes repercussões por ter ocorrido na Europa as consequências das hierarquizações raciais promovidas pelas colonialidades e pela racialização. Nos países colonizados, como o Brasil, a colonização produziu e produz holocaustos continuados da população racializada ou estigmatizada por algum dos demarcadores de hierarquias sociais.

As desigualdades conservadas sobre desigualdades sobrepostas em distintos períodos, formaram uma sociedade ressentida com a transformação, com a diversidade, com a melhoria da qualidade de vida da população mais pobre, que as elites se acostumaram a ter como agregados, que lhes devem obrigação. As oligarquias tradicionais não exercem o pensamento, não exercem a memória, o deitar raízes sobre sua história, porque seu passado é sangrento e extremamente brutal. Dispostos a aderir tudo o que vem de fora sob o discurso da modernidade, o pensamento dos herdeiros das oligarquias coloniais deixa de deitar raízes sobre si mesmo, deixa-se de cultivar as memórias, e a moralidade se esvai junto com as riquezas extraídas e exportadas para os atores neoliberais. A ausência de pensamento é uma condição indispensável para a propagação da banalidade do mal. A aceitação de um projeto de governo neofascista, que propunha o assassinato sem a menor piedade, encontrou ambiente favorável no Brasil do final da década de 10 do século XXI.

Considerações finais

As atrocidades do nazismo e das variedades de ditadura totalitárias só têm lições a nos ensinar se forem compreendidas como um tipo de contexto possível de se repetir, à medida que os tipos humanos que o tornaram possível são tipos humanos comuns, como os de hoje. O conhecimento não torna os humanos melhores, e a única maneira de aprender é pelo exemplo. Por isso é necessário recorrer aos bons exemplos, para cultivar e fomentar o que permitiu a resistência.

Os movimentos de adesão massiva, movidos geralmente por pulsões de ódio, são possibilidades sempre reais e, por conta da banalidade do mal, podem ocorrer de uma hora para outra, sem aviso prévio. O exemplo de Sócrates, como o de um cidadão que pensava não para conhecer mais, mas para tornar-se melhor, é um tipo ideal do que o ocidente poderia ser e ter se tornado, se aprendesse a lembrar, se pensasse sobre o seu passado tirando as lições para o presente.

O problema da ascensão da extrema direita que assola o Brasil atual, se inspira em estratégias de publicidade e controle totalitários. O bolsonarismo tem grande influência do fascismo italiano e do nazismo alemão, bem como do integralismo brasileiro de outrora. Para derrotá-lo, precisamos compreender o que tornou esses fenômenos possíveis, como puderam e podem ocorrer, e aprender com o exemplo daqueles que resistiram para inspirar a nossa resistência contemporânea. Fomentar a experiência do pensamento, promover a atmosfera cultural para o pensar, para que haja o diálogo íntimo que deita raízes no mundo, portanto, fomentar cultura e educação libertadoras, é o que pode nos livrar de uma vez por todas das ameaças totalitárias.

Agradecimentos

O autor agradece ao professor Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, seu orientador de Pós-doutorado pela leitura atenta e contributiva deste artigo. Agradece ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Cora Coralina.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Tradução Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Tradução Antônio Abranches, Cesar Augusto R. de Almeida, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Tradução Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo o que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento**. Modernidade, império e colonialidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto e Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como Vontade e como representação**. Tomo I. Tradução Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a *Licença Creative Commons Attribution*, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.